

AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA SOB A ÓTICA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Sérgio Braga*
Angelita Matos**

O objetivo deste artigo é examinar as relações entre Brasil e China usando as ferramentas analíticas da teoria da dependência, elaborada por autores latino-americanos (sobretudo) ao longo dos anos 1960-1970 do século passado. A proposição básica é a de que, apesar de não serem simétricas (em função de discrepâncias tecnológicas e econômicas vigentes entre os países), as relações entre as duas nações estão longe de serem de dominação e subordinação, na medida em que a China não estabelece condicionalidades políticas e financeiras incontornáveis para as relações comerciais com o Brasil, nem imposições em âmbito das políticas de Governo. Como método, utiliza-se a sistematização de evidências sobre as relações comerciais entre os dois países no século XXI, e o exame de bibliografia secundária. Os resultados a que se chega indicam que a detecção de assimetrias econômicas ou de “associação econômica subordinada” não é suficiente para caracterizar relações de dependência política entre ambos os países. Finaliza-se o texto com algumas considerações sobre as possibilidades de estabelecimento de relações entre as duas nações no atual contexto geopolítico.

PALAVRAS-CHAVE: China. Brasil. Relações Brasil-China. Teoria da Dependência. Desconexão.

INTRODUÇÃO: o problema

Na virada do século XXI, a China se consolidou como uma grande potência econômica emergente, alterando significativamente o panorama da economia mundial. Entre as mudanças provocadas pelo ascenso chinês se destacam o aumento dos fluxos comerciais de bens e serviços em escala global (“puxado pela demanda”, gerada pelo crescimento econômico acelerado chinês), o aumento dos investimentos diretos de empresas chinesas em várias regiões do Mundo, com a China se tornando o prin-

cipal parceiro econômico de vários países, e o acirramento da competição internacional, com o gigante asiático ocupando novos mercados anteriormente reservados para poucos países produtores de bens intensivos em tecnologia.

Esse processo de crescente internacionalização econômica foi ainda mais impulsionado com o lançamento do projeto *One Belt, One Road* (ou “Nova Rota da Seda”), em 2013, cujo objetivo é fortalecer o comércio da China, principalmente, com os países com os quais tem ligação terrestre, através da construção de ferrovias e outras obras de infraestrutura (Keane; He, 2024). Esse projeto, caso se concretize integralmente, impactará significativamente a economia de várias regiões do Mundo, intensificando ainda mais a internacionalização da economia chinesa e as relações comerciais de outros países com a China.

Entre os países que se beneficiaram pelo grande aumento da demanda de bens e dos fluxos de investimento chineses para o exterior se encontra o Brasil, que, desde 2009, tem a China como seu principal parceiro comercial, convertendo-se a demanda chinesa, somada à modernização do agronegócio brasileiro, nos

* Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Ed. Dom Pedro I, 5º andar, sala 518. Campus Reitoria. Curitiba – Paraná – Brasil. sssbraga@gmail.com <https://orcid.org/0000-0003-3397-0575>

** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE-UNESP). Av. 24 A, 1515. Bela Vista. Cep: 13506-700. Rio Claro – São Paulo – Brasil. matos.souza@unesp.br <https://orcid.org/0000-0001-7199-9999>

¹ Este texto consiste em uma versão aprimorada e modificada do texto anterior dos autores (Souza & Braga, 2023), de circulação restrita, publicado no site da Rede China e América Latina: Abordagens Multidisciplinares (RE-DCAEM). (Disponível em: <https://chinayamericalatina.com/wp-content/uploads/2023/07/WP34-May-2023-RE-DCAEM-.pdf>, acesso em: 26/12/2024). Por sua vez, este Working Paper retoma e aprofunda ideias anteriormente desenvolvidas em Souza (2022).

grandes impulsionadores do acentuado aumento da exportação de produtos do Brasil para a China nos últimos anos. Como não poderia deixar de ser, esse aumento significativo do intercâmbio econômico entre os dois países provocou uma intensificação dos laços diplomáticos entre ambos e uma ampla literatura analisando múltiplos aspectos da economia chinesa e das relações possíveis entre as duas nações, tema que tem sido de crescente interesse acadêmico no Brasil.

Entretanto, boa parte da literatura a respeito tem se concentrado nos aspectos *econômicos* ou *diplopáticos* da questão, examinando as características dos fluxos comerciais e dos investimentos chineses na economia brasileira (Pereira, 2018; Hiratuka; 2019; Paulino, 2020; Schutte, 2000; Cariello, 2021, 2022, 2023), analisando as negociações e os acordos diplomáticos necessários ao aprofundamento das relações entre os países (Lima, 2016; Jaguaribe, 2018, 2021), ou mesmo abordando em profundidade e de forma inovadora as características da economia chinesa (Bresser-Pereira; Jabbour; Paula, 2020; Jabbour; Gabrielle, 2021; Xavier, 2024). Neste texto, diversamente da literatura recente e complementando seus esforços, o objetivo é abordar alguns aspectos *políticos* das relações entre ambos os países, inserindo essa análise no contexto mais amplo das tendências de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, bem como dos processos políticos internos ocorridos no Brasil.

Para tanto, recorre-se a algumas ideias presentes na chamada teoria da dependência, privilegiando a perspectiva elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto no século passado (Cardoso; Faletto, [1970] 2004; Cardoso, 1970, 1975)² e que foi, posteriormen-

te, desenvolvida por diversos outros analistas (Evans, 1979; Saes, 2007; Stallings, 2020; Souza, 2021). Recorre-se à teoria da dependência, porque esta abordagem “histórico-estrutural” e de viés comparado fornece uma visão mais abrangente das relações entre diferentes sistemas econômicos no capitalismo contemporâneo, *vis-à-vis* a outros paradigmas de análise das relações políticas internacionais entre diferentes formações sociais. Este ponto tem sido enfatizado por diversos autores, que têm chamado a atenção para a fecundidade de certas ideias da chamada teoria da dependência para pensar as relações econômicas e geopolíticas entre os diversos países, não obstante a percepção convencionalmente difundida de que a teoria estaria em desuso após a “globalização” do capitalismo, a partir dos anos 1990 (Agbebi; Virtanen, 2017; Starling, 2020).

Nesse sentido, a grande contribuição dos teóricos da dependência foi dar um passo adiante da mera constatação da existência de *assimetrias* e desigualdades das relações econômicas entre formações sociais soberanas, para também analisar as relações de dominação e subordinação *econômicas e políticas* entre várias formações sociais capitalistas ou não, bem como buscar apreender como essas relações impactam os processos políticos e econômicos *internos* a cada uma dessas, após as mesmas se tornarem nações independentes, uma vez rompido o “pacto colonial”.

Dentro desse quadro analítico mais geral, procura-se neste artigo abordar as relações entre Brasil e China a partir das seguintes questões de pesquisa básicas, enfatizando os fatores políticos subjacentes a essas: 1. As relações entre os dois países podem ser apreendidas a partir do par subordinação-dominação econômica com as assimetrias políticas decorrentes, conforme as premissas da teoria

não reconhecimento, de outras contribuições, em especial da denominada teoria marxista da dependência (TMD); apenas julga-se importante trazer para o centro da análise a dimensão política da dependência, a qual não se encara como mera consequência da dependência econômica-tecnológica, bem como destacar a possibilidade de vias alternativas de desenvolvimento capitalista de curto e médio prazos também nos quadros do capitalismo periférico.

² O ensaio foi escrito por Cardoso e Faletto entre 1967 e 1968, a sua primeira edição é de 1970 pela Editora Siglo XXI. Aqui utiliza-se a última edição em português, de 2004. A preferência pela vertente dos autores se justifica pela maior relevância que conferem à dimensão política, em especial aos rumos da vida política nacional nas formações sociais dependentes. Vale notar que alguns autores não reconhecem o status de teoria a esta perspectiva de análise, mas aqui não se aborda o assunto. Cf. a respeito Souza (2021). Ademais, a preferência por uma das correntes da teoria da dependência não implica no descarte, ou

da dependência? 2. Uma nova etapa de neo-desenvolvimentismo *associado* e integrado aos fluxos de investimento internacionais seria possível a partir das relações do Brasil com o país asiático?

Como dito, procura-se responder a estas indagações por meio da valorização de uma das vertentes da proposta analítica da teoria da dependência, e aprofundando proposições contidas nas obras de seus expoentes e alguns de seus desenvolvimentos contemporâneos (Cardoso; Faletto, 2004; Starling, 2020). Entre as inovações analíticas da corrente se destacam a análise integrada entre fatores externos e fatores internos, o método “histórico-estrutural” de abordagem, o viés comparativo, bem como os impactos das relações entre as sociedades no plano internacional para a organização interna dos diferentes países e de seu sistema político, destacando-se o aparelho de Estado (Cardoso, 1975).

Para abordar estes problemas, organiza-se o texto da seguinte forma: 1) inicialmente, se faz uma breve discussão de algumas ideias da teoria da dependência que se julgam úteis para pensar as relações entre os dois países; 2) em seguida, examina-se rapidamente as trajetórias diferentes dos processos de desenvolvimento do Brasil e da China, buscando relacionar essas trajetórias com a abordagem dependencista; 3) na terceira parte, enfatiza-se o papel do *Estado e dos grupos dirigentes* nas trajetórias históricas dos dois países, enfatizando as diferentes coalizões de forças que deram sustentação a estas vias de desenvolvimento alternativas; 4) na quarta parte, são sintetizadas algumas características das relações Brasil-China, destacando os fluxos comerciais e assimetrias estruturais existentes entre os dois países; 5) Por fim, na última parte do texto, a título de conclusão, discute-se a hipótese de possibilidade de uma nova rodada de desenvolvimento associado no Brasil, como ocorreu no pós-guerra, agora pela via da aproximação com a China e “desconexão” relativa das potências hegemônicas centrais.

A ATUALIDADE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA PARA A ANÁLISE COMPARADA DOS PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Como afirmam estudos recentes, que postulam a atualidade do paradigma da dependência para analisar as relações entre países periféricos e centrais, no atual contexto do capitalismo global, além do enfoque “estrutural-histórico” e comparado, e da análise que busca integrar fatores externos e internos, outro aspecto sublinhado por diferentes expoentes da teoria da dependência diz respeito aos *diversos tipos de relações de dependência e a suas diferentes fases e etapas históricas*, em consonância com o processo de desenvolvimento “desigual e combinado” do capitalismo global. No estudo clássico de Cardoso e Faletto (2004), por exemplo, este é um aspecto relevante e bastante salientado. Estudos recentes buscam desenvolver essa ideia, caracterizando novas fases nas relações de dependência que incorporam as mudanças ocasionadas pelas “reformas pró-mercado” (denominadas “neoliberais”) implementadas por diversos países periféricos e não-periféricos ao longo dos anos 1990 (Fiori, 1995; Saes, 2007) e os novos padrões tecnológicos e de acumulação de capital vigentes no capitalismo global.

Para estes autores, após as reformas neoliberais, implementadas ao longo da década de 1990, passou a predominar uma nova fase de desenvolvimento econômico e político das relações de dependência, denominada por eles de “novíssima dependência” (Fiori, 1995; Saes, 2007), baseada na transferência de ativos dos países periféricos para os países capitalistas centrais e na “pilhagem”, inclusive por via militar, nos casos dos países do Oriente Médio e Continente Africano, de recursos naturais destes países pelas potências hegemônicas. Outro desafio, que tem se colocado a este paradigma pelo desenvolvimento capitalista recente, é a explicação dos casos asiáticos. Neste século, o acontecimento que obriga a repensar a depen-

dência é, essencialmente, o acentuado crescimento econômico dos países asiáticos, com destaque para a China, mas também Taiwan, Coreia do Sul e outros, além de alguns países dos BRICS (Kufakurinani *et. al.*, 2017; Souza, 2018; Stallings, 2020).

Como dito, neste artigo interessa a reflexão sobre a dependência priorizando a perspectiva *política*, que busca enfatizar fatores internos na vida política doméstica de um país periférico, tentando não descurar da sua modulação pelos fatores externos. Segundo o ponto de vista aplicado, o maior legado da teoria da dependência consiste justamente na abordagem ou método proposto, de elucidação da articulação entre fatores internos e externos, a partir do enfoque “histórico-estrutural” e comparado da evolução das diferentes formações sociais (Starlings, 2000). É isso o que garante a sua atualidade, embora, na análise das situações concretas, a integração entre diferentes fatores, de ordem doméstica ou internacional, não seja fácil de realizar e coloque vários desafios aos analistas dispostos a concretizarem a empreitada.

De todo modo, à medida que torna possível a análise de processos de desenvolvimento econômico e político em diferentes formações sociais, destacando o papel jogado pela *internalização* de fatores externos, que influenciam os processos de desenvolvimento locais, a operacionalização dos conceitos herdados da teoria da dependência propicia, um rendimento analítico maior do que outros paradigmas. Por exemplo, comparativamente àqueles que se limitam a analisar os aspectos econômicos e diplomáticos das relações entre os países, constatando eventuais assimetrias existentes entre as diferentes economias, mas sem inseri-las devidamente no contexto geopolítico mais amplo no qual ocorrem, o das relações *hierárquicas* que caracterizam a ordem político-econômica internacional (Womack, 2004; Aróstica, 2020b).

No tocante, especificamente, ao caso da China, de modo similar ao que já havia ocorrido com relação a outros casos de sucesso

de países asiáticos, tais como os da Coreia do Sul, de Singapura e de Taiwan, a ascensão do gigante asiático tem colocado inúmeros desafios à teoria da dependência, assim como para outras perspectivas de análise do desenvolvimento econômico, gerando a necessidade de atualização e aprofundamento deste paradigma (Bresser-Pereira *et. al.*, 2020; Katz, 2020; Starling, 2020). Este tem sido considerado estreito e ultrapassado para o entendimento da experiência chinesa, em decorrência do peso conferido aos obstáculos estruturais gerados pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, em âmbito mundial, que inviabilizariam a possibilidade de o desenvolvimento, nos países periféricos, alcançar estágio semelhante ao dos países capitalistas centrais (o famoso “*catch up*”).³

Para alguns analistas, saltos qualitativos no processo de desenvolvimento econômico, em países da periferia, ou mesmo sua ultrapassagem em relação aos países capitalistas centrais, seriam improváveis no quadro do capitalismo, sem mudanças globais na estrutura desse próprio sistema social. Parece ser o caso de alguns dos adeptos da denominada Teoria Marxista da Dependência (TMD). De fato, uma objeção frequente às abordagens dependentistas marcadas pela ênfase nos fatores econômicos externos é a de que estas teriam dificuldades para explicar casos bem-sucedidos de desenvolvimento capitalista tardio ocorridos na periferia do capitalismo (tais como o de alguns países asiáticos).

O fato é que, tomando como parâmetro a teoria da dependência, a experiência chinesa coloca novos desafios a este paradigma, na medida em que permite reconhecer algumas de suas limitações e imprecisões, tal como formulado em suas versões originárias (Amin, 2014). As diversas correntes que seguem ou são simpáticas a esse paradigma partem da ideia relativamente trivial da constatação do “desenvolvimento

³ Esse tipo de crítica aparece, por exemplo, em alguns autores reunidos na coletânea de entrevistas organizada por Kufakurinani (2017).

capitalista desigual e combinado” (assimétrico) em escala mundial como obstáculo estrutural ao desenvolvimento dos países dependentes. Tal perspectiva, em uma versão mais “radical” (TMD), levou à defesa da “revolução” ou de rupturas políticas radicais como pré-condição para o desenvolvimento econômico acelerado de tais países; ao passo que, em uma versão mais “moderada” ou realista (Cardoso; Faletto, 2004), conduziu à ideia de aproveitamento das possibilidades inscritas na via dependente e associada para a implementação de reformas graduais e incrementais, que levassem países da periferia a novos patamares de desenvolvimento, mesmo que isso não implicasse no rompimento das relações estruturais de dependência ou mesmo em algum salto em direção a outro modo de produção pela via revolucionária, ao menos no curto e médio prazos.

Neste artigo, busca-se inserir nessas controvérsias, mostrando que as ideias contidas na teoria da dependência também podem ser utilizadas de forma proveitosa para explicar casos asiáticos, desde que sejam empregadas de forma flexível e passando por alguns ajustes analíticos e adaptações, incorporando avanços recentes na teoria do desenvolvimento e da geopolítica internacional. É o que se procura fazer a partir do próximo tópico, contrastando brevemente as trajetórias de desenvolvimento de Brasil e China.

TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DE BRASIL E CHINA A PARTIR DO PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA

No caso chinês, deve-se levar em consideração sua trajetória histórica anterior (*path dependence*) para explicar alguns desenvolvimentos atuais, na medida em que este país combina o ponto de partida de uma revolução nacional-popular (1949) com a implementação do desenvolvimento industrial e tecnológico acelerados, via associação com capitais estrangeiros e fortalecimento do setor privado, espe-

cialmente após as reformas de Deng Xiaoping e as “quatro grandes modernizações” por ele lideradas, a partir do final da década de 1970.

Considera-se que os estudos de Huang (2008), Amin (2014), Weber (2021), Jabbour, Dantas e Espínola (2021), entre outros, fornecem evidências que permitem sustentar a tese de que a China seguiu uma trajetória que se caracteriza pela construção de um *Estado não-dependente*, na medida em que foi bem-sucedida ao construir um sistema de instituições políticas e uma coalizão política e social de apoio, no longo prazo, que excluiu do núcleo do processo decisório estatal e da coalizão governante certos segmentos ou frações das classes dominantes internas associadas e subordinadas ao capital estrangeiro. Ou por outra: formou-se na China um Estado dirigido por elites estatais desenvolvimentistas e apoiado por uma coalizão de interesses autóctones que, apesar de abrirem a economia chinesa para o exterior e estimularem o setor privado e o empreendedorismo econômico, não seguiram todas as recomendações da “terapia de choque” prescritas pelas agências financeiras internacionais, ao contrário, por exemplo, do que ocorreu com os países do Leste europeu após o término dos regimes ditos “comunistas” (Weber, 2021).

Isso fez com que a China tivesse forte crescimento econômico, especialmente, após a virada para o século XXI, combinando abertura para o exterior, competitividade econômica e fortalecimento de um Estado planejador, além de estabelecer relações econômicas mais equilibradas com os países do capitalismo central. Naturalmente, isso não equivale a afirmar que as relações estabelecidas pela China com os demais países, altamente desenvolvidos ou não, sejam simétricas, sendo objeto de grande debate na literatura recente a natureza precisa de tais relações (Keane; He, 2024).

De todo modo, no caso das regiões menos desenvolvidas, há autores que chamam a atenção para o fato de que, em que pesem as assimetrias de natureza econômica, entre a

China e os países com os quais estreitou relações bilaterais, inclusive o Brasil, como se verá em seguida, essas assimetrias não são suficientes para caracterizar a China como uma potência expansionista no sentido convencional.⁴

No caso do Brasil, na fase da “nova dependência”, ocorrida de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, se combinou desenvolvimento industrial acelerado com associação subordinada a capitais estrangeiros, processo que teve uma etapa inicial, nos anos JK, quando se esboçou uma *ruptura das relações de dependência* com as potências hegemônicas na região, inclusive com o rompimento com o Fundo Monetário Internacional. Porém, após o golpe de Estado deflagrado contra a coalização desenvolvimentista, em abril de 1964, logo veio a fase posterior, da ditadura militar, durante a qual se aprofundaram as relações de dependência com os países capitalistas centrais, processo este que culminou, nos anos 1980, no Brasil e em outros países da periferia capitalista, na eclosão da crise da dívida externa, contraída a juros flutuantes para financiar o desenvolvimento econômico acelerado (“*debt trap*”) (Evans, 1979; Faucher; Baggio-Huerre, 1980; Belluzo; Galipolo, 2019).

Nos anos 1990, com as chamadas “reformas pró-mercado”, impostas em meio ao pro-

cesso de renegociação da dívida externa (adesão ao Plano Brady em 1994), consolida-se a fase que muitos autores têm qualificado como “novíssima dependência” (Fiori, 1995; Saes, 2007; Souza, 2021), com a crise fiscal e a fragilidade financeira do Estado nacional brasileiro levando a uma crescente financeirização da economia, combinada com a privatização das empresas públicas e serviços estatais visando a atração de capital estrangeiro e a solução da chamada “crise fiscal” do Estado brasileiro.

Estas políticas resultaram, no final das contas, em um processo de desenvolvimento sem agregação substancial de capital físico às economias periféricas, que promoveu um “enxugamento”, visando aumento da eficiência microeconômica das empresas existentes, com a acentuada perda de importância relativa do setor industrial nacional no “tripé” (empresas estatais, setor privado, capital estrangeiro) que, na fase da nova dependência, impulsionou o processo de desenvolvimento econômico brasileiro (Martins, 1979).

O resultado agregado líquido de todo esse processo foi mais um ciclo de “modernização conservadora” de fôlego curto, com aumento da desigualdade social e deterioração da infraestrutura de bens públicos em muitos países da região, inclusive, o Brasil. Com efeito, uma nova divisão internacional do trabalho foi imposta pelo capitalismo global, com boa parte dos países da América Latina se especializando na produção de bens primários e de pouco valor agregado, ou se inserindo, de maneira subalterna, nas cadeias produtivas internacionais. O Brasil, que fez a maior revolução industrial da América Latina ao longo do século XX (Bresser-Pereira, 2015), foi rebaixado progressivamente à condição de produtor de *commodities*, ou de acumulação de riqueza no mercado financeiro, dando origem ao fenômeno do “rentismo” ou financeirização exacerbada da economia, com empresários transferindo suas aplicações ao mercado financeiro, em vez de priorizar investimentos com longo prazo de maturação e maior dinamismo tecnológico em larga escala.

⁴ Do ponto de vista deste estudo, um dos fatores que impossibilitam qualificar a China como uma potência expansionista ou imperialista no sentido clássico, como no caso da antiga Inglaterra ou do moderno Estados Unidos e alguns países da União Europeia, reside no fato da China moderna ter procurado seguir, desde sua fundação em 1949, os “cinco princípios básicos da política externa” (Aróstica, 2020a) e não se apresentar como um “poder global” com legitimidade autoconferida para interferir unilateralmente nos assuntos internos de outros países, inclusive por via militar e das anexações territoriais, à revelia dos tratados e das instituições regulatórias internacionais. Quer dizer, o país asiático ainda não usaria em larga escala o seu poderio econômico e militar para interferir diretamente na vida política interna de países soberanos, inclusive com desestabilização de governos para promover a mudança de regime político (“*regime change*”), mesmo que à custa de riscos da violação massiva de direitos humanos e criação de instabilidade geopolítica. Segundo Pamela Aróstica (2020), os cinco princípios que norteiam a política externa chinesa são os seguintes: “1) respeito mútuo à soberania e integridade territorial, 2) no agresión, 3) no intervención en los asuntos internos, 4) igualdad y beneficio mutuos y 5) coexistência pacífica” (Aróstica, 2020a: p. 10). Ao menos nos casos das relações da China com a América Latina, não há evidências de que tais princípios não estejam sendo seguidos desde o início do restabelecimento das relações diplomáticas da China com os países da região, na primeira metade da década de 1970.

Com efeito, o chamado “rentismo” abarca inúmeras atividades que visam retornos especulativos no mercado financeiro, com pouca ou nenhuma produção de riqueza nova e formação de capital fixo, com geração de empregos de qualidade inferior (precarização) e o consequente aumento das desigualdades sociais e disfuncionalidades do crescimento econômico, apesar deste não ter sido nulo na região ao longo do século XXI. Porém, o fenômeno não se restringe à especulação no mercado financeiro.

Com efeito, por rentismo deve-se designar um modelo “predatório” e especulativo de acumulação capitalista (Belluzo; Galipolo, 2019). Este envolve a opção por privatizações de empresas públicas, a preferência pelas fusões e aquisições (em vez de investimentos novos), e o próprio desmatamento das florestas e degradação dos recursos naturais, na medida em que terras são ocupadas e desmatadas na expectativa dos processos de legalização do apossamento, para então serem vendidas, ou então visando auferir retornos financeiros via diferencial das taxas de juros dos empréstimos de bancos públicos de fomento à produção agrária e os praticados no mercado.

No interior desse modelo, o Brasil, que teve um robusto e diversificado crescimento industrial até os anos 1980, a partir da década de 1990 foi se especializando na exportação de produtos primários como alternativa de dinamização da sua economia, com destaque para a expansão notável do agronegócio e de exportação de produtos primários (especialmente minérios e insumos de baixo valor agregado) neste século.

Nesse contexto, as transformações na ordem econômica mundial, entre as quais se destaca a ascensão da China, são os fatores externos centrais para a explicação de tais mudanças, as quais, se por um lado, geraram receitas para o financiamento dos gastos públicos e acúmulo de reservas em um primeiro momento, por outro lado não criaram incentivos para o crescimento industrial e diversificação e aumento da complexidade do sistema econômico. A modernização das plantas industriais

com manutenção das deficiências crônicas de infraestrutura acabou gerando maior concentração da renda, baixa geração de empregos de qualidade em larga escala, além de tornar a economia brasileira excessivamente dependente das flutuações dos preços dos produtos primários em nível internacional.

Assim, da perspectiva de análise anteriormente adotada, para se compreender o contexto atual das relações entre Brasil e China, é necessário voltar ao modelo de desenvolvimento dependente e associado dos governos da ditadura militar e destacar os efeitos do endividamento externo (“*debt trap*”), que desembocou na crise da dívida nos anos 1980, nos processos de renegociação dos anos 1990 e na capitulação dos governos Itamar e FHC (1992-2002) aos constrangimentos impostos pelas finanças internacionais e seus subordinados autóctones.

Nos limites deste artigo, não cabe detalhar essa história, já relatada em outros trabalhos (Fiori, 1995; Souza, 2021), mas se deve registrar que o Brasil era o país latino-americano em melhores condições de trilhar, na década de 1990, um caminho menos subordinado diante das “reformas orientadas para o mercado” que os credores e instituições financeiras internacionais (e seus subordinados no Brasil) demandavam.

Por seu turno, os governos posteriores, inclusive de centro-esquerda, apesar do cenário externo favorável da primeira década do século XXI, não aproveitaram de maneira adequada a janela de oportunidade aberta pelo grande acúmulo de reservas internacionais para tentar uma inversão de rota, acomodando-se a uma percepção triunfalista do sucesso aparente e de fôlego curto do chamado “neodesenvolvimento social”, sem desenvolver capacidades políticas, administrativas e organizacionais que dessem sustentabilidade de longo prazo ao esforço modernizante (Bresser-Pereira, 2015; Stumm; Nunes; Perissinoto, 2019).

Assim, se não há propriamente desindustrialização nos governos Lula, também não há crescimento industrial relevante e aumento da

complexidade da estrutura econômica, sendo inclusive neste período que ocorreu o estreitamento das relações com a China sem a contrapartida de políticas proativas por parte do governo brasileiro. Quer dizer, praticamente não houve parcerias que possibilitassem internalizar, com mais eficácia, os benefícios das relações comerciais, o que acabou por ajudar a inibir a retomada do crescimento da indústria brasileira, provocando a perda de posição relativa de segmentos industriais em comparação com a economia de exportação de produtos primários.

Dessa forma, de uma perspectiva estrutural-histórica, o caso brasileiro contrasta radicalmente com o caso da China (e de outros países asiáticos), em que, desde as últimas décadas do século passado, o Estado dirige a inserção do país na economia mundial como produtor e exportador de produtos industrializados e, desde 2010, aumentou as exportações de capitais na forma de investimentos chineses diretos e indiretos em outros países (Amin, 2014; Jaguaribe, 2018; Schutte, 2020; Jabbour; Gabrielle, 2021). A criação de capacidades estatais de planejamento e coordenação do crescimento econômico é central no modelo de desenvolvimento chinês e de seu processo de modernização com características especificamente chinesas, o que permitiu que, a partir de 2016, o país alcançasse a posição de segunda maior economia do mundo, apesar de ser um país ainda de baixa *renda per capita* relativa quando comparado aos países capitalistas centrais com maior Índice de Desenvolvimento Humano (Jabbour; Dantas; Espindola, 2021).

Não obstante, a partir da ascensão de Xi Jinping ao poder, em 2013, o país teve consideráveis êxitos na superação das situações de pobreza, consolidando um modelo de desenvolvimento econômico que se assenta nos seguintes pilares básicos: planejamento estatal, fortes investimentos em infraestrutura de bens públicos, abertura para os mercados externos e intensificação do ambiente competitivo, políticas de combate à pobreza e à desigualdade social, além de acentuada expansão dos in-

tercâmbios com o resto do Mundo dentro da perspectiva das relações “win-win” (Stallings, 2020; Jabbour; Gabrielle, 2021).

Cabe sublinhar, no entanto, que alguns autores discordam que essas relações possam ser abordadas da perspectiva do “ganha-ganha”. Bernal-Meza (2016), por exemplo, entende que quem ganha é o desenvolvimento chinês; Schutte (2020) tende a concordar com esta análise, mas admite que “muito depende da capacidade dos países receptores de inserir os IED, independentemente de sua origem, em uma estratégia de desenvolvimento industrial-tecnológica” (Schutte, 2020, p. 70). O autor revela, entretanto, um acentuado ceticismo no tocante às possibilidades dos países periféricos e dependentes de “acoplarem” políticas de desenvolvimento endógenas ao ciclo de crescimento dos investimentos diretos externos, hipótese também a ser considerada como cenário futuro possível para tais economias.

PAPEL DO ESTADO, DAS ELITES DIRIGENTES E COALIZÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

No tocante ao papel do Estado e do sistema político propriamente ditos, deve-se destacar que muitos autores vinculados à tradição dependentista sublinham o papel-chave do aparelho de Estado, dos grupos ou elites dirigentes, bem como da formação de coalizões políticas e sociais governantes consistentes para o sucesso do desenvolvimento econômico periférico, e a redução do “gap” em relação aos países capitalistas centrais (Cardoso, 1974; Martins, 1976; Faucher; Baggio-Huerre, 1980).

À luz da experiência chinesa, pode-se afirmar que a tese da “revolução” ou ruptura política radical como condição para o desenvolvimento tem alguma plausibilidade, se considerada como um processo de ruptura política capaz de engendrar um *Estado não-dependente*, ou seja, não integralmente subordinado aos comandos de nenhum país ou bloco de países

externos, nem alinhado incondicionalmente com nenhum desses à revelia da defesa dos interesses nacionais (Amin, 2014; Souza, 2021).

Entretanto, segundo o ponto de vista aplicado, a defesa da “soberania nacional” não conduz, por si mesma, ao desenvolvimento econômico e tecnológico, sem associação com capitais externos e a ampliação do ambiente competitivo, que permitam incorporação de novas tecnologias e maior estímulo aos investimentos privados. Ao contrário, sem esses fatores, processos de ruptura política institucional, autoritárias ou democráticas, podem resultar em períodos de longa estagnação econômica autárquica, ausência de diversificação e do incremento da complexidade econômica, como foi o caso de muitos países periféricos, que enveredaram pela via do chamado “desenvolvimento autônomo”.

Nestes casos, com frequência se instauram variedades de capitalismo de Estado, baseados na indústria pesada e na inibição do pequeno e médio empreendimento, bem como no recalque das necessidades de consumo dos trabalhadores, mediante a criação de mecanismos de financiamento da acumulação de capital pela via da “poupança forçada”.

Também vale observar que, em muitos países periféricos, do pós-II Guerra Mundial, já havia um amplo e amadurecido debate sobre as possibilidades de, em nações que já haviam efetuado sua revolução nacional-industrializante, como foi o caso brasileiro após a Revolução de 1930, abrir-se a possibilidade de uma via *associada e não-dependente*, ou menos dependente, dos comandos e pressões dos países capitalistas centrais (Jaguaribe, 1972; Braga, 2002; Bresser-Pereira, 2015). Esse foi o caso, especialmente, de países como o Brasil, em que desde o final da segunda guerra mundial, amadureceu progressivamente a ideologia econômica *desenvolvimentista internacionalizante* ou “*cosmopolita*”, cujos principais elaboradores e defensores foram um grupo de políticos profissionais e economistas agrupados em torno de JK e que terminou conquistando a hegemonia político-ideológica nos anos 1950, após intensos embates políticos (Jaguaribe, 1972; Bielschowsky, 1991; Braga, 2002).

No entanto, a via da associação de capitais com a construção de um *Estado não-dependente* (ou “desenvolvimentista”) não chegou a ser implementada, em sua totalidade, em função da ocorrência de golpes de Estado promovidos por forças internas articuladas à potência hegemônica na região, a pretexto de “combater o comunismo”.

Na China, como afirmado, a eclosão de uma revolução popular e nacional em 1949 possibilitou, posteriormente, a configuração de um *Estado não-dependente*, o que, por sua vez, resultou em *políticas de governo não-subordinadas* às pressões das potências dominantes. Segundo o ponto de vista aqui aplicado, este foi um fator explicativo central para o entendimento da atuação estatal na condução do processo de inserção da economia chinesa na economia mundial, aproveitando as possibilidades de associação com capitais estrangeiros para promover o desenvolvimento industrial e tecnológico soberanos do país (Amin, 2014; Weber, 2021; Jabbour; Gabrielle, 2021).

Por sua vez, essa condição contribuiu para o sucesso do “modelo chinês” ao lado da ausência de viés ideológico excessivamente estatizante e anti-empreendedorismo, como os vigentes nos países do antigo Leste europeu e seus satélites, que levaram à estagnação e crise irreversível dessas economias.⁵ Por certo, o país foi favorecido pela globalização da economia, ampliação das cadeias produtivas de firmas transnacionais e rearranjos territoriais decorrentes, no bojo das transformações geopolíticas e científico-tecnológicas, desde o final dos anos 1990. A oferta de mão de obra abundante e barata, as expectativas de amplia-

⁵ Esses princípios foram formulados pelo primeiro-ministro chinês Chu en Lai, desde a década de 1950 do século passado, e iriam orientar as políticas de governo chinês, especialmente, a partir da derrota da Revolução Cultural, em meados dos anos 1970, variando desde um período mais “liberal” e mais preocupado com a atração de capital estrangeiro, do período Deng Xiao Ping, até a fase mais recente focada no combate à pobreza, fortalecimento da governança tecnológica, e da integração territorial através de obras de infraestrutura do governo Xi Jinping. Cf. o artigo clássico de Chu en Lai, “*Problemas referentes a nossa relação com a burguesia nacional*” (Chu en Lai, 1952). De Xi Jinping consulta seu recente relatório apresentado ao XX Congresso do Partido Comunista da China (Xi Jinping, 2022).

ção de mercados (com o consumo na própria China), e fatores relacionados aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos da América patrocinaram a inserção da China na economia mundial como “fábrica do Mundo”.

Os grupos transnacionais, certamente, impuseram suas condições aos chineses, mas o Estado atuou para ampliar a margem de manobra e foi melhorando gradativamente as condições de barganha, à medida em que o modelo dava resultados positivos, com planos e estratégias, aprendendo com os erros e conduzindo a resultados extremamente positivos (Huang, 2008; Weber, 2021). Ou seja, após décadas de experimentações e de acentuados debates ideológicos, os chineses foram capazes de criar competências políticas e estatais, articular coalizões de apoios e executar investimentos públicos estruturantes propícios à condução de um processo de crescimento industrial e desenvolvimento tecnológico que tem poucos paralelos na história econômica da humanidade.

Nesse processo, tanto o ponto de partida da revolução nacional-popular como as formas de associação com capitais estrangeiros constituem fatores explicativos centrais do êxito chinês. Como dito, a revolução nacional-popular e subsequente estatização de setores dinâmicos da economia e estruturadores do investimento privado explicam a inexistência de um “Estado dependente” na China, basicamente entendido como representante dos interesses de burguesias locais subordinadas aos sócios estrangeiros, com forte influência na

elaboração de políticas públicas domésticas. Ao contrário, o Estado chinês se caracteriza pela forte capacidade de gerar conglomerados empresariais e regular um setor privado dinâmico, embora em um processo gerador de várias tensões e conflitos (Jabbour; Gabrielli, 2021).

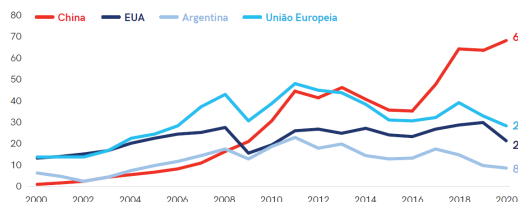
AS RELAÇÕES BRASIL-CHINA NO CONTEXTO DO CAPITALISMO GLOBALIZADO

Resumidamente, indica-se acima fatores estruturais e históricos básicos subjacentes às trajetórias distintas entre Brasil e China, a partir dos anos 1990. Enquadrando estes processos no contexto analítico do paradigma da dependência, caracteriza-se o desenvolvimento associado e não-dependente como uma possibilidade inscrita nesta problemática teórica, exemplificando com o caminho percorrido pela China nas últimas décadas. Agora, trata-se das relações Brasil-China, a partir deste quadro analítico.

Como é sabido, em 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, tendência que continuou a se fortalecer, mesmo após a derrubada de Dilma Rousseff, e durante o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2023), mostrando a solidez dos vínculos econômicos entre os países apesar das oscilações políticas (De Conti; Blikstad, 2017; Ribeiro, 2017; Platen; Miquilini, 2022). Os Gráficos 1 e 2 ilustram estas tendências, que se manti-

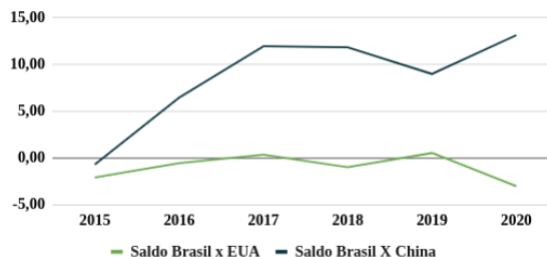
Figura 1- Evolução do comércio internacional entre Brasil e China no século XXI

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL PARA A CHINA E PARCEIROS COMERCIAIS SELECIONADOS (US\$ BILHÕES)



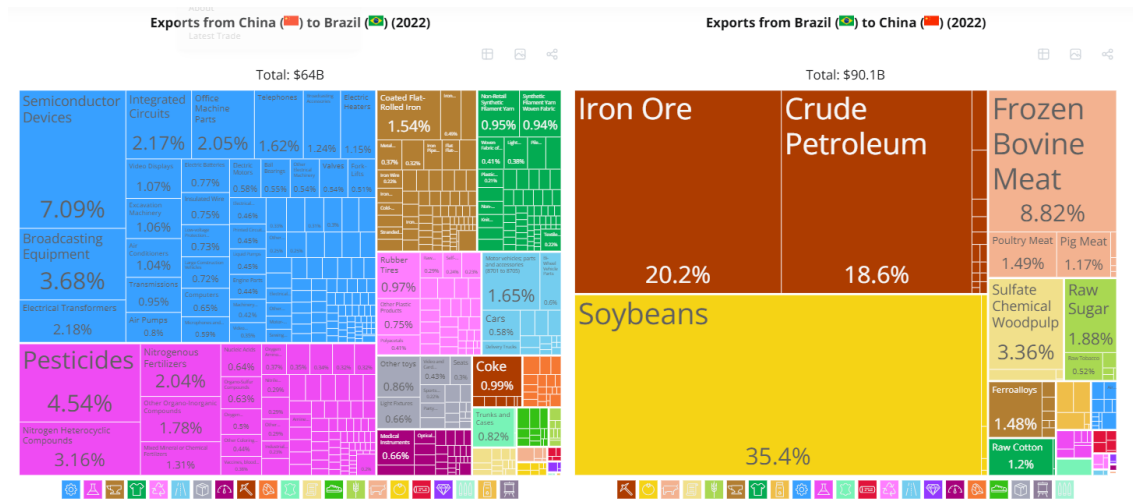
Fonte: Ministério da Economia/Comex Stat | Elaboração do autor

Saldo comercial do Brasil com EUA e China, em Jan/Mai dos últimos anos, em US\$ bilhões



Fonte: Comexstat / Elaboração O Cafezinho.

Figura 2 - Estrutura das relações bilaterais entre Brasil e China (2022)



Extraído de: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/bra#bi-trade-products>

veram ou mesmo se intensificaram após o fim da Pandemia.

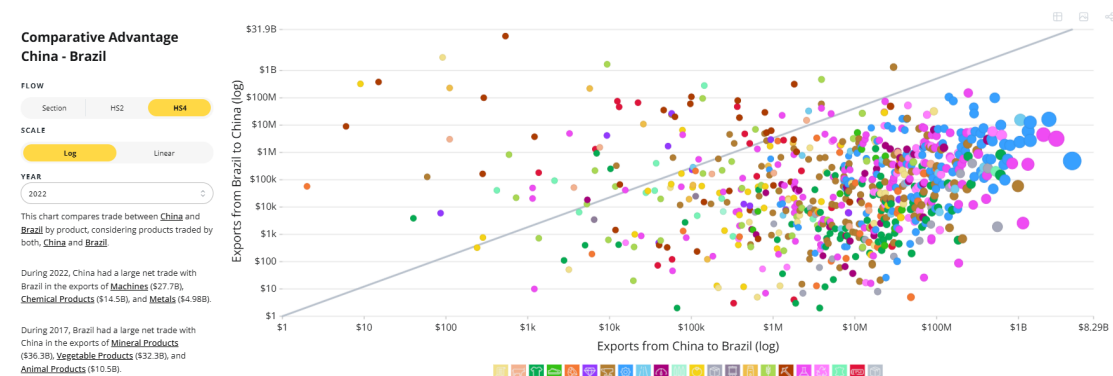
Porém, deve ser destacado que, do ponto de vista estritamente econômico, as relações entre os dois países têm sido bastante assimétricas, embora o Brasil tenha sido fortemente superavitário nas relações comerciais entre ambos, na última década. O problema é que o Brasil exporta, sobretudo, produtos primários e importa manufaturados, em uma estrutura de trocas mercantis, que pode ser ilustrada pelas Figuras 2 e 3.

As Figuras 2 e 3 ilustram as desigualdades e assimetrias vigentes nos fluxos de comércio entre os dois países, como afirmado anteriormente. Quer dizer, embora ocorram de fato ganhos mútuos nas relações entre os paí-

ses, tais relações são assimétricas, na medida em que os ganhos da abertura econômica estão concentrados em setores com menor valor agregado, no caso brasileiro. Entretanto, esse fato não é suficiente para caracterizar uma relação de *dependência* do Estado brasileiro com relação ao chinês, na medida que essas desigualdades ocorrem em função de mecanismos de mercado e da distribuição desigual das capacidades estatais, empresariais e diplomáticas entre os dois países. De todo modo, as assimetrias existem e podem ser ainda melhor visualizadas, por meio do diagrama das vantagens comparativas das transações comerciais entre os dois países, apresentado abaixo.

A Figura 3 ilustra a maior vantagem

Figura 3 - Diagrama das vantagens comparativas do comércio Brasil-China (2022)



Extraído de: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/bra#bi-trade-products>

comparativa dos produtos chineses *vis-à-vis* os brasileiros, e a concentração dessas vantagens em setores de maior valor agregado, identificados pelos círculos azuis. Todos os círculos abaixo da reta de normalização (que indicaria uma troca equilibrada de produtos equivalentes) indicam os setores da economia, nos quais a China tem vantagens comparativas. Entretanto, tais relações foram o resultado não-antecipado de um conjunto de decisões empresariais que ocorreram ao nível de mercado, não podendo servir como evidência da existência de uma relação de dependência entre ambos os Estados soberanos, ou do Estado brasileiro em relação aos interesses econômicos de conglomerados empresariais ou financeiros chineses, que limitem sua liberdade para implementar políticas de desenvolvimento.

Além do mais, tais assimetrias podem ser gradualmente corrigidas ou atenuadas por meio do desenvolvimento de capacidades estatais e empresariais por parte do Brasil, bem como de acordos comerciais e diplomáticos adequados visando corrigi-las, de modo a beneficiar ambas as partes, aproximando-se ao máximo possível dos princípios das “*win-win*” *relationships* que tem orientado as declarações oficiais da diplomacia econômica chinesa (Bernal-Meza, 2016).

Dessa forma, apesar da obtenção de grandes superávits comerciais por parte do Brasil em suas relações com a China, a economia brasileira se encontra vulnerável às flutuações dos preços internacionais das *commodities*, fato que, somado a erros na condução da política econômica internamente, foram os fatores responsáveis pela forte desaceleração da economia brasileira a partir de 2012 (Bastos; Hiratuka, 2020). Por outro lado, a queda da participação da indústria no Produto Interno Bruto, registrada neste século, afeta a geração de empregos, com a redução generalizada nas atividades mais qualificadas, contribuindo para a precarização das relações de trabalho e mudanças no sistema de estratificação social, com efeitos inclusive na arena política. Isto porque, apesar da ampliação do mercado mundial para *commodities* ter favo-

recido o crescimento da economia, em especial nos governos Lula (2002-2010), a demanda asiática estimulou a especialização produtiva da pauta exportadora, em prejuízo da atividade industrial e de atividades de maior valor agregado e indutoras de inovação tecnológica, conforme expresso pelos dados acima.

Nesse cenário, o interesse chinês no Brasil se orientou, em uma primeira fase, para a garantia de recursos primários dos quais a China necessita e, posteriormente, para o objetivo de expandir mercados para produtos industriais e serviços chineses via ampliação dos investimentos diretos em diversas regiões do país (De Conti; Blikstad, 2017; Jaguaribe, 2018; Schutte, 2020; Berringer; Belasques, 2020).

Já os financiamentos de bancos chineses para o Estado brasileiro, e Estados latino-americanos em geral, depois do crescimento ocorrido em 2010, declinam desde 2016, com queda acentuada durante a pandemia (2020-2021), embora se tenha observado uma recuperação nos últimos anos (Myers; Ray, 2022).⁶ De todo modo, vale registrar que esses empréstimos não costumam vir acompanhados de condicionalidades, exigências de *policies* e “metas” que orientem os rumos da política econômica interna. O que é comum, no caso dos financiamentos e investimentos do Fundo Monetário Internacional e outras agências financeiras internacionais, bem como dos setores bancários nacionais e agências financeiras associados a estas instituições, que exigem outras condicionalidades além do mero pagamento dos empréstimos no prazo contratado e a taxas de retorno razoáveis.

Tais condicionalidades, como apontado por diversos analistas críticos do fenômeno do “rentismo”, têm inibido o investimento direto privado de longo prazo, especialmente de pequenas e médias empresas autóctones (Belluzo; Galipolo, 2019).

⁶ Para a expansão dos empréstimos chineses, na América Latina e no Brasil, bem como a preocupação de setores vinculados ao capital financeiro estadunidense com esta expansão, cf. o texto de Canuto, O. “Fluxo de capital da China para a América Latina passa por metamorfose” (03-08-2024): <https://www.poder360.com.br/opiniao/fluxo-de-capital-da-china-para-a-america-latina-passa-por-metamorfose/> (acesso em: 23-12-2024).

No tocante aos investimentos diretos no Brasil, conforme dados de publicação do *Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)*, de 2007 a 2023, o setor que mais atraiu inversões foi o de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Com relação às regiões, o destaque ficou para o estado de São Paulo, o estado que mais recebeu investimentos diretos chineses: “o centro de gravidade dos investimentos chineses no Brasil, com parcela de 31% do total” (Cariello, 2021, p. 28). A preferência se explicaria pelas vantagens do estado em infraestrutura, existência de um mercado consumidor atraente e a política proativa desenvolvida durante o governo do tucano João Dória (2019-2023), de atração de investimentos chineses para o Brasil, com a criação de um escritório comercial na China com forte atuação na feitura de negócios entre o estado de São Paulo e o país asiático.⁷ Entretanto, outros estados brasileiros também têm por horizonte o aporte significativo de investimentos chineses, especialmente no setor de infraestrutura, com a anunciada ponte Salvador-Itaparica, projetada para ser o maior investimento em infraestrutura em execução no Brasil nos próximos anos.

Ainda, de acordo com os dados disponíveis, a forma de ingresso predominante no período de 2007 a 2020 foram as fusões e aquisições: “(...) 70% do valor dos investimentos chineses confirmados, ou seja, US\$ 46,3 bilhões” ocorreram por meio da compra total ou parcial de empresas brasileiras ou de estrangeiras que operavam no Brasil, com concentração dos investimentos nos setores de eletricidade e de petróleo e gás. A participação dos investimentos *greenfield* foi de 24% do valor total e os projetos via *joint ventures* foram apenas 6% das operações (Cariello, 2021, p. 31).

As publicações do CEBC (Cariello, 2021; 2022; 2023), bem como fontes secundárias, indicadas nas referências (Schutte, 2020), forne-

cem um panorama abrangente dos investimentos chineses no Brasil. De maneira geral, os balanços chamam atenção para fatores positivos (dinamização do setor exportador, superávit comercial, acúmulo de reservas, aumento dos investimentos em infraestrutura), mas também negativos, tais como o aumento excessivo do peso das *commodities* na pauta exportadora, o aumento da dependência da demanda proveniente do país asiático, a preferência pelas aquisições e fusões nos investimentos diretos, baixo número de parcerias tecnológicas de impacto e níveis de emprego ainda pouco expressivos.

No entanto, nada impede que tais fatores negativos sejam atenuados ou revertidos com acordos comerciais futuros e políticas públicas adequadas de estímulo às atividades empresariais internas por parte das autoridades econômicas brasileiras. Em análise recente, examina-se algumas das características dos acordos firmados entre os governos brasileiro e chinês durante o governo Lula, indicando uma retomada do padrão de acordos bilaterais vigente no governo Dilma, e interrompido durante a presidência de Jair Bolsonaro (Braga; Souza, 2024).

Em um balanço geral, afirmar que o estreitamento das relações entre os dois países, das trocas comerciais ao aumento dos investimentos diretos chineses no Brasil, tenderia a combinar formas de dependência típicas da fase tradicional com as da fase da “novíssima dependência”. Ou seja, estaria ocorrendo uma retomada, em patamares mais avançados, das formas de associação de capitais dominantes até os anos 1930, quando o país exportava produtos primários e importava produtos manufaturados, sem agregação substancial de investimentos produtivos novos, indutores de ganhos científicos-tecnológicos.

Contudo, parece que ainda é cedo para conclusões neste sentido, já que os patamares de desenvolvimento tecnológico, de infraestrutura, das agências de financiamento e de fomento, bem como das capacidades estatais e solvência fiscal dos dois países são bem dife-

⁷ Cf. a matéria: “InvestSP em Xangai completa 2 anos e consolida a parceria entre paulistas e chineses no cenário global” <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/invest-sp-em-xangai-completa-2-anos-e-consolida-a-parceria-entre-paulistas-e-chineses-no-cenario-global/> (acesso em: dezembro de 2024).

rentes das existentes no passado. Não se endossa, portanto, teses que de antemão interditem a possibilidade da construção de relações mais equilibradas, que beneficiem ambos os países, no futuro próximo previsível, a depender de cenários favoráveis e das escolhas estratégicas presentes dos atores relevantes.

Mais uma vez, isso não equivale a afirmar que haja benefícios mútuos equivalentes para os dois sistemas econômicos; todavia, não se descarta que o seu montante possa ser determinado pelas competências empresariais de cada um dos países e empresas atuantes em seus respectivos mercados, bem como pelas competências das diplomacias econômicas de negociar acordos comerciais vantajosos a países soberanos, focados no aproveitamento das vantagens competitivas de cada um e obediência aos princípios declarados de relações de ganho mútuo.⁸

À GUIA DE CONCLUSÃO: “desconexão relativa” rumo a uma via de desenvolvimento com características especificamente brasileiras?

Para concluir, pode-se enfatizar as principais ideias apresentadas anteriormente e fazer algumas inferências a partir da análise efetuada, bem como apresentar alguns problemas que não puderam ser tratados de forma aprofundada neste texto.

O objetivo básico do artigo foi analisar as relações entre Brasil e China, a partir de uma versão atualizada da teoria da dependência, seguindo a proposta de outros analistas, embora sem subscrever integralmente suas teses, e dando ênfase aos aspectos políticos (Starling, 2020). Com base nas ideias desse paradigma, busca-se realizar uma breve análise

comparada do processo histórico de desenvolvimento econômico dos países, procurando apreender algumas semelhanças e diferenças entre esses. Cabe agora enfatizar algumas singularidades do presente enfoque, bem como apresentar algumas possíveis inferências que desse derivam.

Vê-se que, no caso chinês, implementou-se ao longo prazo um modelo de desenvolvimento *associado e não-dependente*, com a atração de capitais estrangeiros articulando-se ao fortalecimento das capacidades estatais internas, processo este conduzido por elites dirigentes e coalizões governantes que fizeram com que a China superasse a condição anterior de país periférico e semicolonial, para se converter, em um curto espaço de tempo, em uma das maiores potências econômicas do Planeta.

Já o Brasil percorreu um percurso inverso, adotando, no longo prazo, um modelo de desenvolvimento *dependente* e de “associação subalterna” com potências hegemônicas, ao implementar ao longo dos anos 1990 reformas “pró-mercado” (neoliberais) que enfraqueceram suas capacidades estatais e suas empresas públicas, em um processo de desenvolvimento conduzido por elites dirigentes e coalizões de interesses fracamente compromissadas com estratégias e políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico acelerados sustentáveis no longo prazo (Bresser-Pereira, 2015; Saes, 2017).

Essas duas trajetórias históricas fizeram com que os intercâmbios comerciais entre os dois países, ao longo do século XXI, fortalecessem as assimetrias econômicas entre esses, com ganhos econômicos mútuos, mas substancialmente diferenciais para ambos. Além do mais, foi sublinhado que essa associação subordinada de frações empresariais brasileiras com segmentos empresariais chineses não foi suficiente para o estabelecimento de relações de *dependência*, financeira ou de outros tipos, entre o Estado brasileiro e o Estado chinês ou autoridades econômicas internacionais a esse vinculadas. Considera-se, assim, seguindo uma tradição do paradigma dependentista

⁸ Procura-se analisar brevemente esses potenciais de relações de ganho mútuo entre os dois países usando como exemplo a ponte Itaparica-Salvador no artigo: “China e América Latina: rumo a uma era de relações win-win?”. Link: <https://latinoamerica21.com/pt-br/china-e-america-latina-rumo-a-uma-era-de-relacoes-win-win/> (consulta: abril de 2023) (Braga, 2022, 2023).

(Cardoso, 1975; Bresser-Pereira, 2015), que o *Estado, as elites dirigentes, bem como a construção de coalizões políticas e sociais de governo, tem papel-chave na formatação das “vias de capitalismo” vigentes em cada país.*

A partir da contextualização apresentada é que se julga que devem ser examinadas com atenção as possibilidades e janelas de oportunidades abertas às economias latino-americanas em geral, e para o Brasil em particular, em suas relações com a China, sem fazer uma apologia às práticas empresariais e comerciais expansionistas deste país, mas sem também demonizá-las, conforme buscam fazer de maneira sistemática *think thanks* atrelados à potência anteriormente hegemônica na região.

Dessa ótica, recuperar de maneira criadora a ideia de desconexão (*delinking*) de Samir Amin parece produtivo, já que o estreitamento das relações com a China, acompanhado da desconexão relativa das potências tradicionais, talvez seja uma oportunidade para se tentar escapar dos limites impostos pelas fragilidades estruturais da situação de dependência (Amin, 1988; 2014; Souza, 2018; Liaudat; Sbattella, 2019).

Segundo esta abordagem, a ideia de “desconexão” implica em fazer a dinâmica externa funcionar a favor do desenvolvimento interno, por meio da desvinculação dos ditames do mercado mundial, especialmente financeiro, e do fortalecimento das capacidades estatais que estimulem um desenvolvimento endógeno de maior qualidade nos países periféricos. Isso implica em afirmar que a atração de investimentos chineses poderia atuar como um elemento indutor de um desenvolvimento endógeno de maior qualidade e mais sustentável, conforme tem sido enfatizado por outros analistas.

A título de exemplo, o setor de automóveis elétricos e grandes obras de infraestrutura (ferrovias, energias renováveis, pontes, sistemas portuários etc.) seriam paradigmáticos desse novo modelo, tendo em vista a falta de *expertise* crônica das empresas públicas e privadas brasileiras para investimentos nesses

setores. Seguindo as proposições de Amin, é pouco provável que haja uma internalização total do desenvolvimento a partir do estímulo externo, mas, mesmo que não haja uma internalização plena, este fluxo de investimento externo pode servir para dinamizar setores endógenos das economias nacionais, induzindo-os a adotar novas tecnologias e formas de gestão mais modernas, sem que os vínculos de dependência política entre os países se intensifiquem, ampliando a margem de manobra do país hospedeiro (Amin, 1988, 2014, 2017).

No caso do Brasil, parece que o Estado brasileiro teria condições de tentar conduzir o fator externo China mais ao encontro de prioridades internas, por meio de acordos comerciais ambiciosos, bem formulados e executados, inclusive, em escala subnacional. Foi o que a China e outros países asiáticos fizeram nos períodos recentes: colocaram a dinâmica externa para funcionar em favor do desenvolvimento nacional, no caso, em conexão com o mercado mundial, em parte se submetendo às suas regras, de outra parte as subvertendo (escapando ao neoliberalismo).

Tendo em vista o cenário atual, deve-se observar que, assim como nos anos 1990 era o Brasil o país sul-americano em melhores condições de conduzir uma inserção mundial mais produtiva diante da globalização (e não o fez, não repetindo a experiência dos anos JK ou de países asiáticos mais recentemente),⁹ neste início de século é o país que tem mais condições para barganhar parcerias produtivas com a China. Stallings (2020), por exemplo, no

⁹ Recentemente, o ex-presidente brasileiro e um dos formuladores da teoria da dependência, Fernando Henrique Cardoso, concedeu entrevista afirmando que a China soube aproveitar melhor as oportunidades oferecidas pelo processo de globalização: “A China aproveitou melhor. Entenderam a importância da tecnologia, deram muita atenção à ciência, à educação. No Brasil, as coisas se deram como se os ganhos viessem de barato, mas não era assim. Tinha que fazer mais esforço”. O que ele deixou de dizer é que foi no seu governo que não se soube aproveitar as janelas de oportunidade abertas pela globalização, concentrando-se no combate à inflação e estabilização fiscal e financeira, como se estes objetivos fossem incompatíveis com políticas proativas de estímulo ao desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/05/fhc-reve-trajetoria-em-novo-livro-e-diz-que-brasil-naturalizou-pobreza-e-desigualdade.shtml> (acesso em: 26/07/2023).

intuito de classificar as relações da América Latina com a China, divide a região em grupos de países e o Brasil, juntamente com o Chile, estaria entre os que teriam mais poder de negociação, com o qual a China manteria, inclusive, postura mais discreta e amigável.

O Brasil também teria posição mais favorável para negociar acordos comerciais com a China sem romper radicalmente com outros blocos de interesse com os quais mantém fortes vínculos econômicos e culturais, especialmente os países da União Europeia. Não faltam casos na histórica econômica mundial, nos quais países periféricos foram favorecidos pela competição no mercado mundial, atraindo investimentos que se articulavam de maneira positiva a projetos desenvolvimentistas. Vale lembrar, uma vez mais, o caso do governo Juscelino Kubitschek, que, visando atrair a indústria multinacional de duráveis para o Brasil, principalmente a automobilística, barganhou com a competição entre capitais norte-americanos e europeus, assim como foi o caso de Vargas para a instalação da indústria siderúrgica durante a II Guerra Mundial (Martins, 1976; Bandeira, 2011).

Por outro lado, as disputas de interesses em âmbito mundial podem conferir aos Estados periféricos margem de manobra para barganhar investimentos estrangeiros portadores de desenvolvimento, atenuando as situações de dependência, políticas estas cujo grau de sucesso depende da capacidade dirigente das elites estatais destes países, dentre outros fatores, não podendo ser determinado *a priori* em função de parâmetros estruturais *ex-ante*. Neste sentido, o momento pode ser propício para negociar investimentos chineses mirando ao desenvolvimento, na esteira dos avanços alcançados nos governos de coalizão anteriores liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em especial, em torno da criação do BRICS e das suas instituições financeiras (NDB e ACR) e por meio dos planos de cooperação de longo prazo. A este respeito, esta parece ter sido a tendência seguida pelo novo governo Lula (2023-2024), em seus novos acordos e trata-

dos diplomáticos e comerciais com a China, ao contrário da gestão anterior do presidente Bolsonaro (2019-2023), que preferiu um maior alinhamento com o governo norte-americano (Thomaz, Vigevani, Ferreira, 2021; Braga; Souza, 2024). Diga-se, de passagem, que essa disputa entre alternativas políticas autóctones articuladas a blocos geopolíticos internacionais, é uma ótima ilustração da articulação entre fatores internos e externos, ideia-chave do paradigma dependentista, que se menciona anteriormente.

Da ótica das relações entre Estado e atores políticos internos, a dependência do mercado chinês, da parte de segmentos do setor exportador de produtos primários em geral, tende a amparar uma maior aproximação com a China. Já interesses e frações de classe vinculados ao setor industrial, prejudicados na competição com produtos chineses, poderiam ser contemplados em um plano desenvolvimentista associado à China que também trouxesse ganhos para este segmento econômico com investimentos maciços em infraestrutura, melhorando a logística e ampliando o mercado interno. Por certo, não se pode ignorar as lições da história e se deve aprender com a experiência chinesa, no sentido de se evitar o abuso do recurso ao endividamento externo (*“debt trap”*). No entanto, seria possível ao Brasil recorrer ao banco dos BRICS (NDB), do qual é membro-fundador, até porque, em caso de dificuldades, seria mais fácil a renegociação de dívidas, sem a renúncia à soberania na elaboração de sua política macroeconômica.

Por fim, o fortalecimento das forças políticas engajadas na mobilização popular direcionada para reformas sociais e em defesa do meio ambiente poderia ser um dos maiores ganhos da alternativa de “desconexão relativa”. Evidentemente, uma estratégia de desenvolvimento via desconexão não poderia descuidar da dimensão ambiental, o comprometimento com a conservação da Floresta Amazônica e com o bom uso das riquezas naturais e proteção dos povos que ali vivem. Entretanto, isso depende

da politização e do esclarecimento sistemático de setores crescentes da opinião pública no longo prazo, e da consolidação e aprofundamento da democracia e aumento de sua qualidade em países como o Brasil. Em suma, este conjunto de elementos, somados à tradição de uma democracia pluralista no país, poderiam servir de base para uma *via especificamente brasileira de socialdesenvolvimentismo associado e não-dependente*, que servisse de base de apoio para novas formas de desenvolvimento econômico mais sustentáveis e inclusivas.

Entretanto, foge ao escopo do presente artigo abordar todas as dificuldades e desafios para implementação deste modelo no novo contexto geopolítico internacional, ideias que podem ser retomadas em outras oportunidades.

Recebido para publicação em 19 de maio de 2023
Aceito para publicação 23 de janeiro de 2025
Editor Chefe: Renato Francisquini Teixeira

REFERÊNCIAS

- AGBEBI, M.; VIRTANEN, P. Dependency Theory – A Conceptual Lens to Understand China's Presence in Africa? *Forum for Development Studies*, 44(3), 429–51. 2017. DOI: 10.1080/08039410.2017.1281161
- AMIN, S. A. Entrevista. In: KUFATURINANI et al. *Dialogues on Development*. V. 1: Dependency, 2017.
- AMIN, S. *La desconexión*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1988.
- AMIN, Samir. A China é capitalista ou socialista?. *Argumentum*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 283-298, 2014. DOI: 10.18315/argumentum.v6i1.7784. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7784>. Acesso em: 12 fev. 2025
- ARÓSTICA, P. “COVID-19: Punto de inflexión en las relaciones asimétricas entre China y América Latina”, *Revista América Economía – Asia Link*, 15 de septiembre, Santiago. Disponível em: <https://asialink.americaeconomia.com/columna/covid-19-punto-de-inflexion-en-las-relaciones-asimetricas-entre-china-y-america-latina>, 2020b. Acesso em: 20.09.2020.
- ARÓSTICA, P. 50 años de relaciones entre Chile y China: Asimetrías, cambios y proyecciones. Working Paper Series (WPS) de REDCAEM, *Revista N°19*, noviembre. Eje Historia y Relaciones Culturales. Red China y América Latina: Enfoques Multidisciplinarios (REDCAEM), 2020a.
- BANDEIRA, L. A. M. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Unesp Editora, 2011.
- BASTOS, P.; HIRATUKA, C. The foreign economic policy of Dilma Rousseff's government and the limits of dependency. *Latin American Perspectives*, 47(2), 25-46, 2020. DOI:10.1177/0094582X19894590
- BELLUZZO, L. G.; GALÍPOLO, G. *A escassez na abundância capitalista*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.
- BERNAL-MEZA, R. China and Latin America Relations: The Win-Win Rhetoric. *Journal of China and International Relations*. Special Issue, 2016. DOI:10.5278/OJS.JCIR.V4I2.1588 Corpus ID: 157649039
- BERRINGER, T.; BELASQUES, B. As relações Brasil-China nos governos Lula e Dilma: burguesia interna e subordinação conflitiva. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 15, n. 3, 2020. DOI: 10.21530/ci.v15n3.2020.1078. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1078>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- BIELSCHOWSKY, R. Ideología y desarrollo: Brasil, 1930-1964. *Revista de la Cepal*. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11839/045155177_es.pdf, 1991. Acesso em 27.12.2024.
- BRAGA, S. China y América Latina: ¿hacia una era de relaciones win-win?. *Latinoamerica21.com*, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/es/china-y-america-latina-hacia-una-era-de-relaciones-win-win/>. Acesso em 27.12.2024.
- BRAGA, S. Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946. *História econômica & história de empresas*, 5(2). Disponível em: <https://www.hehe.org.br/index.php/rabphe/article/view/150>, 2002. Acesso em 27.12.2024.
- BRAGA, S. O aprofundamento das relações entre Brasil e China: *Latinoamerica21.com*, Santiago-Chile, 23 abr. 2023. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/o-aprofundamento-das-relacoes-entre-brasil-e-china/>. Acesso em 27.12.2024.
- BRAGA, Sérgio.; SOUZA, A. O empresariado brasileiro vai à China? Teoria da dependência e práticas empresariais no capitalismo brasileiro contemporâneo. Paper apresentado ao XII Congresso da ALACIP/Associação Latino-americana de Ciência Política. Disponível em: https://www.pt.congressoalacip2024.org/trabalho/view?ID_TRABALHO=1007. Acesso em 27.12.2024.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a independência*. São Paulo: Editora 34, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; JABBOUR, E.; PAULA, L. F. D. South Korea's and China's catching-up: a new-developmental analysis. *Brazilian Journal of Political Economy*, 40, 264-284, 2020. Apr-Jun 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3102>
- CANUTO, O. “Fluxo de capital da China para a América Latina passa por metamorfose” (03-08-2024). *Portal Poder 360*: <https://www.poder360.com.br/opiniao/fluxo-de-capital-da-china-para-a-america-latina-passa-por-metamorfose/> (acesso em: 23-12-2024).
- CARDOSO, F. H. Notas sobre Estado e Dependência. *Cadernos Cebrap (11)*. São Paulo: Cebrap. 1975. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/notas_sobre_o_estado_atual_dos_estudos.b.pdf
- CARDOSO, F. H. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. 2º Seminário Latinoamericano para El Desarrollo. Santiago: Chile, FLACSO, 26-45. 19, 1970.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARIELLO, T. *Investimentos chineses no Brasil*. 2021, um ano de retomada. São Paulo: Conselho Empresarial Brasil-China. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/>, 2022. Acesso em 27.12.2024.
- CARIELLO, T. *Investimentos Chineses no Brasil*. Histórico, Tendências e Desafios Globais (2007-2020). São Paulo: Conselho Empresarial Brasil-China. Disponível em:

- <https://www.cebc.org.br/>, 2021. Acesso em 27.12.2024.
- CARIELLO, T. *Investimentos chineses no Brasil*. Novas tendências em energias verdes e parcerias sustentáveis 2023. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/>, 2023. Acesso em 27.12.2024.
- CHU EN LAI. Problems concerning the Chinese National Bourgeoisie. In: *Selected works of Zhou en Lai*. V. 2. Beijing: Foreign Languages Press, p. 103-113, 1952.
- DE CONTI, B.; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. *Texto para Discussão*. Unicamp-IE, (292), 1-33, 2017.
- EVANS, P. *Dependent Development*. Princeton: Princeton University Press. 1979.
- FAUCHER, P. & BAGGIO-HUERRE, P. Industrial policy in a dependent state: The case of Brazil. *Latin American Perspectives* 7(1), 1980. <https://doi.org/10.1177/0094582x8000700102>
- FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. In: Fiori, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- HIRATUKA, C. Chinese OFDI in Brazil. In: Dussel Peters, E. (editor). *China's foreign direct investment in Latin America and the Caribbean: conditions and challenges*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 2019.
- HUANG, Y. *Capitalism with Chinese Characteristics: Entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- JABBOUR, E.; PAULA, L. F. Socialization of investment and institutional changes in China: a heterodoxy approach. In: *Forum for Social Economics* (V. 50, No. 3, p. 316-329). London: Routledge, 2021.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C. China and Market Socialism: A New Socioeconomic Formation. *International Critical Thought*, 11(1), 20-36, 2021. doi 10.1080/21598282.2021.1886147.
- JABBOUR, E.; GABRIELLE, A. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JAGUARIBE, A. (Org.). *Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. Acesso em: 10 de janeiro de 2022. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT_FINAL.pdf, 2018. Acesso em 27.12.2024.
- JAGUARIBE, A. *Brasil & China; ensaios 2002-2021*. Rio de Janeiro: CEBRI, 2021.
- JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1972.
- JINPING, Xi. Hold high the great banner of socialism with Chinese characteristics and strive in unity to build a modern socialist country in all respects. In: *Report to the 20th National Congress of the Communist Party of China*. People's Publishing House, 2022. p. 49.
- KATZ, C. *A teoria da dependência: 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- KEANE, J & HE, B. *China's galacy empire*. Oxford: Oxford University Press. 2024.
- KUFAKURINANI, U.; KVANGRAVEN, I.; STYVE, M. D.; SANTANTA, F. *Dialogues on Development*. V. 1: Dependency, 2017.
- LIAUDAT, S.; SBATTELLA, J. A. *La teoría de la desconexión de Samir Amin*. Una opción para Argentina frente a la crisis global. Colihue, 2019.
- LIMA, S. (Org.). *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas. Análises e documentos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2016. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/todos/94>. Acesso em 27.12.2024.
- LOPES RIBEIRO, V. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 5, n. 1, p. 121-140, 25 nov. 2017.
- MARTINS, L. La "joint-venture" État-Firme transnationale-Entrepreneurs locaux au Brésil. *Sociologie et sociétés*, 11(2), 169-190. 1979.
- MARTINS, L. La "joint-venture" État - Firme transnationale - Entrepreneurs locaux au Brésil. *Sociologie et sociétés*, 11(2), 169-190. 1979.
- MARTINS, L. *Pouvoir et Développement Économique - Formation et Évolution des structures politiques au Brésil*. Paris: Éditions Anthropos, 1976
- MYERS, M.; RAY, R. What role for China's policy banks in IAC?. *Energy*, 35, 40, 2022.
- PAULINO, L. Las relaciones Brasil-China en el Siglo XXI. *Relaciones Internacionales*, 29(59), 111, 2020. <https://doi.org/10.24215/23142766e111>
- PEREIRA, L. B. V. As relações econômicas Brasil-China: do comércio para o investimento. In: JAGUARIBE, Anna (org.). *Direction of Chinese global investments: Implications for Brazil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT_FINAL.pdf Acesso em: 10 de janeiro de 2022.
- PLATEN, A. C.; MIQUILINI, L. C. Investimento estrangeiro direito no Brasil; Análise sobre a França e China. *Encontro Catarinense de Economia*, 2022. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/anais-xveec/trabalho/233207>. Acesso em abril de 2023.
- SAES, D. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In: Nogueira, F. M. G.; Rizotto, M. L. (Orgs). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo: Editora Xamã, 2007.
- SCHUTTE, G. R. *Oásis para o capital. Solo fértil para a "corrida de ouro"*. Curitiba: Appris, 2020.
- SOUZA, A. M. *Dependência e governos do PT*. São Paulo: Editora Appris, 2021.
- SOUZA, A. M. *Estado e dependência no Brasil, 1889-1930*. São Paulo: Annablume, 2001.
- SOUZA, A. M. Novíssima dependência, decolonialidade e desconexão. Barcelona: *XV Colóquio Internacional de Geocrítica*, 7, 2018.
- STALLINGS, B. *Dependency in the twenty-first century?: The political economy of China-Latin America relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.
- STUMM, M.; NUNES, W.; PERISSINOTTO, R (2019). Idéias, instituições e coalizões: as razões do fracasso da política industrial lulista. *Revista de Economia Política*. 39 (4) • Oct-Dec 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-31572019-2978>
- THOMAZ, L. F., VIGEVANI, T., & FERREIRA, E. C. A política subordinada de Bolsonaro a Trump (2019-2020): Estudos de casos-Embraer, Alcântara, RDT&E e Vistos. *Sul Global*, 2(2), 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/41321>
- WEBER, I. *How China escaped shock therapy: the market reform debate*. London: Rotledge, 2021.
- WOMACK, B. Asymmetry theory and China's concept of multipolarity. *Journal of Contemporary China*, 13(39), 351-366, 2004.
- XAVIER, G. L. A via chinesa de desenvolvimento e o socialismo de mercado. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 37, p. 1-14, e024052, 2024 <http://dx.doi.org/10.9771/crh.v37i0.57520/>

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Sérgio Braga – Conceitualização. Curadoria de dados. Análise formal. Investigação. Metodologia. Administração do projeto. Supervisão. Validação. Visualização. Escrita- esboço original. Escrita – revisão e edição.

Angelita Matos Souza – Conceitualização. Investigação. Metodologia. Administração do projeto. Validação. Visualização. Escrita- esboço original. Escrita – revisão e edição.

Sérgio Braga – Professor Titular da UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, bolsista de produtividade nível 2 em pesquisa do CNPq e Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Univ. Estadual de Campinas (Unicamp). É também Membro da Rede China e América Latina: Abordagens Multidisciplinares (REDCAEM).

Angelita Matos Souza – Professora Assistente Doutora (Livre-Docente) no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (IGCE, UNESP), Câmpus de Rio Claro/SP, lotada no Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental (DGPA). Pesquisadora junto ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP) e membro da Rede China e América Latina: Abordagens Multidisciplinares (REDCAEM).

THE BRAZIL-CHINA RELATIONS FROM THE PERSPECTIVE OF DEPENDENCY THEORY

Sérgio Braga
Angelita Matos

The aim of this article is to examine the relations between Brazil and China using the analytical framework of “dependency theory” developed by Brazilian and Chilean authors during the 1960s and 1970s. Our main proposition is that although these relations are not symmetrical due to existing technological and economic disparities between the countries, they are far from being characterized by domination and subordination. China does not impose politically and financially non-negotiable conditions on its trade relations with Brazil, nor does it enforce policy impositions on the Brazilian government. In our methodology, we employ a systematic analysis of evidence regarding the trade relations between the two countries in the 21st century, along with a review of secondary literature. The findings indicate that the identification of economic asymmetries alone is insufficient to determine political dependency between the two nations. We conclude the text by providing some recommendations for establishing appropriate relations between Brazil and China.

KEYWORDS: China. Brazil. Brazil-China relations. dependency theory. disconnection.

